



Anais da Assembléia

Nº 34

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 03 DE ABRIL DE 1996

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PPR

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** – 10: Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** – 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB** – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL** – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florivaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** – 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** – 01: Jocelito Canto.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 21ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 1996
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Caíto Quintana e José Tavares.

As dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cesar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerorê, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 855

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, tramitação em Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 061/96, cuja súmula é a seguinte: Altera o art. 1º da Lei 11.257, que criou o Município de Ariranha do Ivaí.

Sala das Sessões, em 03.04.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 857

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, tramitação em Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 082/96, cuja súmula é a seguinte: Altera o art. 1º da Lei 11.221, que criou o Município de Campo Magro.

Sala das Sessões, em 03.04.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 858

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, tramitação em Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 062/96, cuja súmula é a seguinte: Altera o art. 1º da Lei 11.219, que criou o Município de Arapuã.

Sala das Sessões, em 03.04.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 854

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo um voto de congratulações ao Colégio Erasto Gaertner, pela comemoração dos seus 60 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 03.04.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Localizado no bairro do Boqueirão, nesta Capital, o Colégio Erasto Gaertner está, seguramente, entre as melhores instituições de ensino de Curitiba e atende atualmente a 1.220 alunos.

A comemoração dos 60 anos de fundação foi marcada pela homenagem aos ex-professores Alice Fast, Helena Ens e Waldemar Ens e pela encenação de uma peça teatral sobre a história do colégio.

Moderno, o CEG é equipado com laboratório de informática e os alunos recebem treinamento para acompanhar as inovações tecnológicas.

Mantido desde 1974 pela Fundação Menonita, o CEG oferece ensino bíblico, preparando seus alunos para uma vida espiritual através do Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Trata-se, enfim, de instituição modelar, que grandes serviços tem prestado à população paranaense, sobretudo à comunidade do Boqueirão, nos últimos 60 anos.

Que o presente requerimento enseje os sinceros cumprimentos deste Poder à Fundação Menonita, ao Diretor do CEG, professor Pedro Roberto Wiens, e a todos os professores e funcionários que concorrem com seu trabalho para a existência do colégio.

REQUERIMENTO Nº 856

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua à Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de verificar qual o problema que vem acarretando valores muitos altos na Conta de Luz nº 568801 - Local 80690 - Rota 01009 - Identificação 8.907-9, da residência da Senhora Rita de Cássia Silva de Macedo, localizada à Rua Max Rosenmann nº 182 - Bacacheri.

Afirma a Senhora Rita que ela só tem um aparelho de televisão, uma geladeira, três lâmpadas e um chuveiro e que o consumo de energia não comporta valores altos como estão sendo registrados. Anexo seguem cópias das taxas referentes aos meses de fevereiro e março do corrente.

Maiores informações podem ser obtidas com a Senhora Rita pelo telefone 256-2078 (recados com Cleusa).

Sala das Sessões, em 03.04.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 853

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais deste Poder Legislativo o pronunciamento do Excelentíssimo Senhor Governador Jaime Lerner, por ocasião da instalação da pedra fundamental da fábrica Renault no Município de São José dos Pinhais, no dia 29 de março próximo passado.

Sala das Sessões, em 03.04.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Marco no desenvolvimento paranaense, a instalação da fábrica da Renault no município de São José dos Pinhais confere uma nova dimensão à nossa economia, como causa e consequência de um profundo processo de transformação.

No pronunciamento que fez por ocasião do lançamento da pedra fundamental da fábrica Renault em São José dos Pinhais, o governador Jaime Lerner fala sobre a importância dessa conquista para o Paraná, dos frutos que ela deve render e sobre um trabalho de equipe que foi coroado com a opção da fábrica francesa pelo nosso Estado: "uma aliança histórica, que simboliza um novo tempo. Um tempo de associações respeitadas e produtivas. Aqui o Brasil e o Paraná colherão empregos e tecnologia. Aqui a Renault colhe o seu espaço e planta o seu olhar para novos horizontes".

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há oradores inscritos em nenhum dos Horá-

rios.

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos a à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 57/95, de autoria dos Deputados Péricles de Mello e outros, que altera a Lei nº 10.981 de 27.12.94, que assegura ao Servidor Público Estadual, eleito dirigente Sindical, ainda que na condição de Suplente, os Direitos inerentes ao cargo, conforme especifica. Com PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J. e FAVORÁVEL da C.F.. **Aprovado.** (Publ. no DA. nº 17, de 20.03.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 57/95

P A R E C E R:

VOTO EM SEPARADO AO PARECER DO RELATOR,

DEPUTADO CARLOS SIMÕES,

EXARADO DO PROJETO DE LEI Nº 057/95

O projeto de lei em epígrafe, de autoria dos nobres Srs. Deputados Péricles de Mello, Angelo Vanhoni, Emerson Nerone, Florisvaldo Fier e Irineu Colombo, objetiva alterar a Lei nº 10.981, de 27 de dezembro de 1.994, assegurando ao servidor público estadual, eleito dirigente sindical, o direito de liberação dos serviços prestados ao Estado, durante o mandato para atuar em cargo de direção sindical, na forma em que especifica.

Procedida análise legal, constitucional e regimental da proposição, conotamos vícios de origem visto que, segundo o disposto nos artigos 66, incisos II e IV, e 87, incisos IV e VI, "in verbis":

Artigo 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado às leis que disponham sobre:

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico proveniente de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Artigo 87 - Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

VI - dispôr sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Sendo assim, de acordo com o retro exposto, esta Comissão de Constituição e Justiça, através do presente Voto em Separado ao parecer do relator, Deputado Carlos Simões, manifesta seu parecer contrário à matéria.

É o Parecer, salvo melhor juízo.
Sala das Comissões, em 05.04.95.
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 057/95

P A R E C E R:

O presente projeto, de autoria dos Senhores Deputados Péricles de Mello, Angelo Vanhoni, Emerson Nerone, Florisvaldo Fier e Irineu Colombo, tem como objetivo alterar a Lei n° 10.981, de 27.12.94, assegurando ao servidor público estadual, eleito dirigente sindical, o direito de liberação dos serviços prestados ao Estado, durante o mandato, para atuar em cargo de direção sindical, na forma em que especifica.

Passando o projeto pela Comissão de Constituição e Justiça, para a análise sob o aspecto constitucional e legal da matéria, recebeu parecer contrário, através de voto em separado ao parecer do relator.

Esta Comissão no entanto, ao proceder a análise unicamente sob o aspecto financeiro, conforme determina o art. 33, parágrafo 3°, do Regimento Interno desta Casa, não encontrou nada que pudesse impedir a normal tramitação do presente Projeto de Lei.

Pelo acima exposto, opinamos favoravelmente pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 03.05.95.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ALBANOR GOMES - Relator

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 148/95, de autoria do Deputado Carlos Simões, que torna obrigatório os exames de visão e audição para os alunos que ingressam na rede pública de ensino. Com PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J. e FAVORÁVELS DA C.S.P. e C.E.C.E.. **Aprovado.** (Publ. no DA. n° 42, de 04.05.95)..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 148/95

P A R E C E R:

O objetivo do Projeto de Lei n° 148/95, de autoria do Deputado Carlos Simões, é de tornar obrigatório os exames de visão e audição para os alunos que ingressam na rede pública de ensino.

Apesar de louvar a iniciativa do nobre parlamentar, esta Comissão de Constituição e Justiça, ao julgar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, não tem como apoiá-la tendo em vista

o mesmo ferir a Constituição Estadual ao criar despesas não previstas no Orçamento, que acarretaria ao Poder Executivo uma obrigação de realizar exames em mais de dois milhões de alunos da rede pública de ensino.

Outrossim, a transformação do Projeto de Lei em Autorizatório, além de ser validade de um requerimento de plenário, traria em seu bojo toda a legalidade e constitucionalidade inicial.

Assim sendo nosso parecer é contrário.

Sala das Comissões, em 20.06.95.
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
BÁSILIO ZANUSSO - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE
PROJETO DE LEI N° 148/95

P A R E C E R:

Tem o presente projeto de lei, de autoria nobre Deputado Carlos Simões, a intenção de tornar obrigatório os exames de visão e audição para os alunos que ingressam na rede pública de ensino.

No entender desta Comissão de Saúde, e nos aspectos pertinentes à mesma, nada observamos que pudesse obstar a tramitação regimental da matéria em questão.

Outrossim, salientamos que, deixamos ao soberano Plenário a final decisão.

Nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.06.95.
(a) LUIZ ACCORSI
Presidente e Relator

SUBSTITUTIVO GERAL
PROJETO DE LEI N° 148/95

Art. 1° - Durante o primeiro ano de seu ingresso na rede de ensino público estadual, de primeiro e segundo graus, será ofertado aos alunos exames de visão e audição.

Art. 2° - Os exames serão gratuitos, devendo ser comunicada a sua realização aos pais ou responsáveis dos alunos, com antecedência mínima de quarenta e oito horas.

Art. 3° - Os resultados dos exames serão fornecidos aos pais ou responsáveis dos alunos.

Parágrafo Único - Acusando os exames qualquer anormalidade, deverão ser fornecidos aos pais ou responsáveis, com o resultado dos exames, instruções sobre as providências adequadas ao caso, de ordem médica e psico-pedagógica.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05.07.95.
(a) CARLOS SIMÕES

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI N° 148/95

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 148/95, de autoria do nobre Deputado Carlos Simões, que torna obrigatório os exames de visão e audição para os alunos que integressam na rede pública de ensino.

Entendemos que aprovação deste projeto de lei irá trazer uma grande contribuição na melhoria do aproveitamento do ensino nas escolas do Estado.

Isto posto somos pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.09.95.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

ITEM 03

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 294/95, de autoria do Deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a Alterar a Redação dada pelo § 2º, do Art. 12 e acrescentar no mesmo artigo o parágrafo 3º e 4º, e alterar o inciso V do artigo 23, ambos da Lei n° 6774 de 08 de janeiro de 1976 (Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Paraná). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F., S.P. e C.S.P.. Aprovada. (Publ. no DA. n° 93, de 10.08.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 294/95

P A R E C E R:

O Projeto de lei em questão, de n° 294/95, de autoria do nobre Deputado Nelson Justus, onde autoriza o Poder Executivo alterar a redação dada pelo § 2º, do artigo 12, e acresce no mesmo artigo o § 3º e 4º, também alterando os incisos 5º do artigo 23, da Lei 6774/76 - Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Paraná - vem primeiro visar a integração do Centro de Farmácia e Bioquímica da Polícia Militar como órgão de apoio de saúde, e segundo, fazer com que também os profissionais da área de Farmácia e Bioquímica, como os do Centro Veterinário possam ocupar cargo de chefia na Diretoria de Saúde na Polícia Militar, ora ocupado somente por médicos.

Analisando a proposição, entendemos que igualmente profissionais de nível superior e integrantes do quadro de saúde da Polícia Militar do Estado do Paraná, através de Concurso Público, devem ter a igualdade no tratamento preservada, por ter a isonomia, regras iguais para casos iguais comuns.

E, diante da necessidade de integração dos profissionais da área médica para o exercício pleno de suas atividades, somos de parecer favorável à aprovação do pre-

sente projeto.

Sala das Comissões, em 04.09.95.

(a) JOEL COIMBRA

Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 294/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Justus, objetiva autorizar o Poder Executivo a alterar a redação dada pelo § 2º do art. 12, e acrescentar no mesmo artigo o parágrafo 3º e 4º, e alterar o inciso V do art. 23, ambos da Lei n° 6774, de 08 de janeiro de 1976 (Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Paraná).

A douta Comissão de Constituição e Justiça após análise da matéria manifestou-se de forma favorável.

Esta Comissão de Finanças após exame da proposição em tela, concluiu, que, além de tratar-se de projeto autorizatório contribuirá de forma significativa para a melhoria do Centro de Saúde da Polícia Militar do Estado do Paraná, não encontrou óbices para sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Nestas condições, esta Comissão dá seu parecer Favorável, opinando pela aprovação do projeto em questão, sendo cumpridas as determinações contidas no Parágrafo 3º, do Art. 33, do egrégio Regimento Interno desta Assembléia Legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.09.95.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

ORLANDO PESSUTI

Relator.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 294/95

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de iniciativa do nobre Deputado Nelson Justus, que tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a alterar a redação dada pelo § 2º do Art. 12, e acrescentar no mesmo art. o § 3º e 4º, também alterando os incisos 5º do artigo 23, da Lei 6774/95, Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Paraná. Chamada a opinar, esta Comissão em análise a referida matéria, não encontrou óbice de natureza legal, constitucional ou regimental, que possam impedir a tramitação normal desta proposta pelos órgãos desta Casa.

Diante disto, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela Aprovação do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.10.95.

(aa) RICARDO CHAB

Presidente
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
Relator.

COMISSÃO DE SAÚDE
PROJETO DE LEI N° 294/95

P A R E C E R:

A proposição em tela objetiva autorizar o Poder Executivo a alterar a redação da Lei n° 6.774/76, pertinente aos parágrafos 2° do art. 12 e 3° e 4°, do art. 23, bem como o inciso V, deste mesmo dispositivo.

Como a alteração pretendida visa incluir o Centro de Farmácia e Bioquímica como órgão de apoio à área de Saúde na Polícia Militar propiciando assim melhor assistência aos servidores públicos daquela instituição, somos de parecer favorável à propositura.

Sala das Comissões, em 13.11.95.

(aa) LUIZ ACCORSI
Presidente
DOUTOR ROSINHA
Relator.

ITEM 04

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 305/95, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que proíbe a venda de cigarros a menores de 18 (dezoito) anos, nos estabelecimentos comerciais do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P., e C.A.I.C. **Aprovado, artigo por artigo.** (Publ. no D.A. n° 94, de 14.03.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 305/95

P A R E C E R:

Por deliberação da Comissão de Constituição e Justiça, o projeto de lei em questão, retornou em diligência com o objetivo de verificar a existência de norma idêntica ou semelhante no Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei n° 8.069/90. Este dispositivo prescreve:

"Art. 81 - É proibida a venda à criança ou ao adolescente de:

I - armas, munições e explosivos;

II- bebidas alcoólicas;

III- produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida;

(...)"

A interpretação literal da lei, não permite concluir que o inciso III, do art. 81, do E.C.A., trata de **venda de cigarros.**

Somente com decisões dos tribunais, através de jurisprudência, é que poder-se-á verificar a "mens legis" deste dispositivo, qual a verdadeira intenção do legislador.

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão entendeu que há respaldo legal, para o prosseguimento da presente, não encontrando óbice à sua tramitação nessa Casa de Leis.

Nosso parecer é Favorável, opinando-se pela aprovação.

Sala das Comissões, em 27.09.95.

(aa) JOEL COIMBRA
Presidente
WALMOR TRENTINI
Relator.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 305/95

P A R E C E R:

O projeto de lei em análise, de autoria do nobre Deputado Luiz Accorsi, visa proibir a venda de cigarros a menores de 18 anos, nos estabelecimentos comerciais do Estado do Paraná.

Esta comissão, no âmbito de suas atribuições, manifesta-se favoravelmente à aprovação do referido plano de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.11.95.

(aa) LUIZ ACCORSI
Presidente
SÂMIS DA SILVA
Relator.

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI N° 305/95

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Luiz Accorsi, tem por finalidade proibir a venda de cigarros a menores de 18 (dezoito) anos, nos estabelecimentos comerciais do Estado do Paraná.

A medida proposta já foi devidamente analisada pelas ditas Comissões de Constituição e Justiça e Comissão de Saúde Pública, que através de seus respectivos relatores ofereceram parecer favorável.

Chamada a opinar, esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio não encontrou óbice à tramitação do projeto de lei em tela, neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.11.95.

(aa) AGOSTINHO ZUCCHI
Presidente
EDNO GUIMARÃES
Relator.

ITEM 05

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 523/95, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que dispõe sobre a fiscalização, re-

ferente ao envasilhamento, comercialização e distribuição fracionada de gás liquefeito de Petróleo- GLP. Com PARECERES FAVORÁVEIS a C.C.J. e C.S.P. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 172, de 30.11.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 523/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Joel Coimbra, dispõe sobre a fiscalização referente ao envasilhamento, comercialização e distribuição fracionada de gás liquefeito de Petróleo.

A proposição visa estabelecer normas pertinentes ao gás liquefeito e não encontra nesta Comissão de Constituição e Justiça, nenhum óbice para a sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 05.12.95.

(aa) JOEL COIMBRA

Presidente

JOSÉ TAVARES

Relator.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 523/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Joel Coimbra, tem por finalidade dispor sobre a fiscalização referente ao envasilhamento, comercialização e distribuição fracionada de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP.

A matéria já foi devidamente analisada pela Douta Comissão de Constituição e Justiça que através do seu relator ofereceu parecer favorável.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública, entende que a proposição ora apresentada tem como objetivo implementar no Código de Defesa do Consumidor, minuciosas normas atinentes à fiscalização, atribuindo aos órgãos citados competências para realizá-la.

Sendo assim, nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.04.96.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

EDNO GUIMARAES - Relator

ITEM 06

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 086/96, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que altera o artigo 1° da Lei n° 11.180, que criou o Município de Campina do Simão. SEM PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 21, de 25/03/95).

O SR. PRESIDENTE (Aribal Khury) - Sobre a

mesa, Requerimento n° 853, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - **Aprovado.** - A matéria acha-se publicada no final desta Ata.

Requerimento n° 854, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 856, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 855, 857 e 858, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 08, destinada aos trabalhos de comissões, e para terça-feira, dia 09, uma Sessão Ordinária, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 057, 148, 294, 305, 523/95 e 086/96.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TÚLIO EM SESSÃO DO DIA 03 DE ABRIL DE 1996.

Pronunciamento do Senhor Governador Jaime Lerner por ocasião da instalação da pedra fundamental da fábrica Renault."

"Senhoras e Senhores:

Há pouco mais de cem anos, milhares de imigrantes, sobretudo vindos da Europa, encontraram aqui no Paraná a oportunidade de suas vidas.

Como eles, brasileiros de todos os quadrantes aqui também depositaram o melhor de suas esperanças.

A chegada da Renault repete a profissão de fé que estrangeiros e brasileiros tantas vezes fizeram no Paraná.

Ela reafirma, também, a presença francesa entre nós, que é intensa e vem de longe.

Certamente não somos apenas os paranaenses a ter sobejos motivos para comemorar esta conquista.

Somos todos brasileiros partícipes dessa alegria, porque este é o maior investimento estrangeiro que o Brasil recebe em mais de 20 anos.

E isso tem um significado profundo e emblemático para todos nós, por ilustrar cabalmente a confiança e o respeito que o

nosso país passou a inspirar na comunidade internacional, depois de tantos anos de incertezas.

Especialmente para os Estados do Sul, este é um momento claramente divisor de águas: a partir de agora as nossas economias vão ganhar, inexoravelmente, uma nova dimensão.

Se é assim para o Sul inteiro, mais ainda representa para o Paraná.

Na verdade, a chegada da Renault é para todos nós causa e consequência de um profundo processo de transformação.

É causa na medida em que nos coloca em um novo patamar perante a economia brasileira e nos projeta no continente sulamericano, reforçando a nossa posição estratégica.

É consequência porque acontece no exato momento em que o Paraná consolida um monumental esforço de reconversão de seu perfil econômico.

E isso estamos fazendo com um visão estrategicamente ancorada em três pontos fundamentais: infra-estrutura invejável, qualidade de vida e qualificação humana.

Está em curso aqui um grande programa de obras, envolvendo rodovias, ferrovias, usinas hidrelétricas, modernização dos portos.

Tudo pensado dentro da formidável posição que o Paraná, por sua localização e potencial, irá exercer no contexto do MERCOSUL e de todo o continente sulamericano.

São investimentos necessariamente vultuosos, mas oportunos e atraentes para os empreendedores. Por isso eles estão sendo oferecidos à iniciativa privada, numa equação de co-responsabilidade.

É na qualidade de vida e na formação humana que estamos investindo pesadamente os recursos públicos.

Como um dia criamos em Curitiba um referencial de qualidade, que foi determinante na atração dos grandes investimentos que deram grandeza econômica à cidade, agora estamos empenhados em fazer o mesmo em todo o Paraná.

Queremos que cada uma das nossas cidades tenha qualidade de vida para servir aos seus moradores e atrair os muitos capitais, daqui e de fora, que procuraram uma oportunidade de investimento.

Queremos cada paranaense preparado para ocupar as oportunidades que estamos criando. Por isso mesmo, estamos empenhados numa profunda transformação na educação, para o que temos angariado apoios e enfrentado resistências.

Sobretudo, queremos fazer do Paraná um Estado bom em cada região, nas cidades e no campo. Um Estado competitivo, mas principalmente um Estado de oportunidades, estabelecendo aqui uma nova fronteira.

Registro, neste momento, o meu mais

profundo agradecimento à todos que participaram desse esforço. Às lideranças políticas, empresariais, à imprensa, todos abraçaram o desafio de trazer a Renault. À pessoa de Cássio Taniguchi. E parabéns à equipe que tenho a honra de dirigir. Meus respeitos aos profissionais de alta qualidade que a Renault colocou para dialogar conosco.

Agora, eu não posso deixar de registrar um fato que ocorreu no primeiro encontro que nós tivemos com a Renault, no nosso gabinete ecológico. No primeiro encontro, estávamos todos reunidos, Secretários de Estado, toda a equipe Renault, e no meio dos diálogos pousou um colibri em cima da mesa. Eu com a maior naturalidade afastei o colibri com muito carinho, como se fosse muito natural. E é natural. Talvez seja um símbolo, talvez seja emblemático no sentido de um dia ser a escolha de uma marca para um futuro veículo, além do Mégane, que venha a ser produzido aqui em São José dos Pinhais.

A Cidade de São José dos Pinhais, ao acolher a Renault o faz em nome todos os paranaenses.

Senhor Presidente Louis Schweitzer:

O senhor está conhecendo agora a nova terra da Renault.

Bem-vindo!

Aqui estamos selando uma aliança histórica que simboliza um novo tempo. Um tempo de associações respeitadas e produtivas. Aqui o Brasil e o Paraná colherão empregos e tecnologia. Aqui a Renault colhe o seu espaço e planta o seu olhar para novos horizontes.

Nas pessoas de monsieur e madame Poupel, presto a minha homenagem aos que agora atravessarão o oceano para escrever aqui no Paraná uma história de vida.

Agora vocês são novos paranaenses.

Sejam bem-vindos!

Muito obrigado."

Ata da Comissão:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
BINGOS

ATA DA 19.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de março de um mil novecentos e noventa e seis, às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, sob a Presidência do Deputado Caíto Quintana, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar possíveis irregularidades nos bingos instalados no Estado, com a finalidade de discutir o Relatório Final da CPI. Presentes à reunião, ainda, os Senhores Deputados Valdir Rosso, Antonio Annibelli, Jocelito Canto, Emerson Nerone e Luiz Claudio Romanelli.

Dando por abertos os trabalhos, o Senhor Presidente explanou sobre os trabalhos da CPI, das metas desenvolvidas e da forma como foi conduzida. A seguir, procedeu-se à leitura do relatório, sendo, ao final, colocado em discussão. Após amplamente discutido, nada havendo a ser modificado, o Senhor Presidente colocou-o em votação, sendo aprovado por unanimidade. Ao final, o Senhor Presidente agradeceu aos Senhores Deputados membros da Comissão pelo apoio prestado e pelo desvelo no exercício de

suas funções, no desenvolvimento dos trabalhos da CPI, estendendo, também, seus agradecimentos aos funcionários que prestaram serviços à Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, a qual, para constar, eu, Elói Mezzadri, Secretário, lavrei a presente Ata, que irá assinada por mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
Elói Mezzadri - Secretário